

## Cosmopolíticas kaingang no Kreie-bang-rê (Campos de Palmas/PR)

### *Cosmopolitics Kaingang in the Kreie-bang-rê (Campos de Palmas/PR)*

Carlos Frederico Branco<sup>1</sup>

Miguel Angelo Perondi<sup>1</sup>

João Daniel Dorneles Ramos<sup>2</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v22i48.818>

**Resumo:** Este artigo procura discutir as relações cosmopolíticas kaingang, humanas e extra-humanas, no Kreie-bang-rê (região dos Campos de Palmas). Durante a ocupação ocidental nessa região, no século XIX, os líderes kaingang estiveram em constante diálogo e em confrontos com as elites locais, destacando-se a atuação dos caciques Kondá e Viry. A expansão colonial sobre os campos kaingang foram acompanhadas por estradas, que invadiram não somente as florestas, mas também os antigos caminhos que existem até os dias atuais. No início do século XX, alguns etnólogos descreveram as relações cosmo-ontológicas kaingang, os agenciamentos extra-humanos e as territorialidades locais, a partir da compreensão do coletivo kaingang, do Toldo das Lontras e da Campina do Cretã. Essas descrições não indígenas são documentos importantes para a compreensão das cosmopolíticas kaingang no Kreie-bang-rê, pois descrevem os territórios kaingang, as relações com os não indígenas e, ainda, aportam elementos sobre as ações humanas com os existentes extra-humanos e seus respectivos ambientes.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; floresta com araucária; cosmo-ontologia; colonização.

**Abstract:** This article seeks to discuss the Kaingang cosmopolitical relations, human and extra-human, in the Kreie-bang-rê (Campos de Palmas region). During the western occupation of this region, in the 19th century, the Kaingang leaders were in constant dialogue and clashes with the local elites, highlighting the actions of the chiefs Kondá and Viry. The colonial expansion over the Kaingang fields was accompanied by roads, which invaded not only the forests, but also the ancient paths that exist to this day. At the beginning of the 20th

---

<sup>1</sup> Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, Paraná, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

century, some ethnologists described Kaingang cosmo-ontological relations, extra-human assemblages and local territorialities, based on the understanding of the Kaingang collective, the Toldo das Lontras and the Campina do Cretã. These non-indigenous descriptions are important documents for the understanding of Kaingang cosmopolitics in Kreie-bang-rê, as they describe Kaingang territories, relations with non-indigenous people, and also provide elements about human actions with extra-human existents and their respective environments.

**Keywords:** Environment; araucaria forest; cosmo-ontology; colonization.

## 1 INTRODUÇÃO

O *Kreie-bang-rê*<sup>3</sup> é um antigo território indígena entre os rios (*goio*) Iguaçu (*kovó*) e Uruguai (*Goio-en*)<sup>4</sup>, invadido pelos portugueses em 1839 e, atualmente, constitui inúmeros territórios kaingang e guarani em forma de Terras Indígenas (TIs), reconhecidas ou não pelo estado brasileiro, além de inúmeros acampamentos nos municípios brasileiros situados no oeste catarinense e no sudoeste paranaense.

O *Kreie-bang-rê*, enquanto territorialidade kaingang, entre os rios Iguaçu e Uruguai, é milenarmente habitado por esse coletivo indígena e seus ancestrais Jê. A arqueologia (REIS; LADIO; PERONI, 2014; MOTA, 2016; SALDANHA, 2005) data a presença Jê, nos planaltos meridionais da América do Sul há, aproximadamente, 3.000 anos. Depois de uma longa jornada feita a partir do sudeste amazônico, os Jê se estabeleceram ao norte do rio Paranapanema e ao sul do rio Uruguai, estendendo seus domínios do litoral atlântico ao rio Paraná. Talvez, a principal característica dos Jê nos planaltos sulinos são as imensas formações florestais da *Araucária angustifolia* ou *fåg*, na língua kaingang. Essa presença da araucária é tão importante que se constitui como ecossistema próprio, do bioma da Mata Atlântica, denominada como Floresta Ombrófila Mista.

<sup>3</sup> O *Kreie-bang-rê* é citado por Mota (2016), como sendo atualmente os Campos de Palmas, Paraná.

<sup>4</sup> Os nomes das localidades, dos territórios e dos cursos hídricos Kaingang, utilizados neste artigo, foram retirados dos estudos de Mota (2016). O único termo kaingang divergente com o do autor é o referente ao rio Uruguai, em que ele utiliza o nome *Goioaint* e, aqui neste texto, optou-se pelo nome *Goio-en*, termo kaingang também referente ao rio Uruguai, que é amplamente utilizado pelos colonizadores para denominar o rio, aparecendo nos mapas consultados até o início do século 20.

Os colonos ítalo-brasileiros, oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (WACHOWISZ, 1987), relatam que o chão das florestas com araucária ficava vermelho, de tantos pinhões, a fruta da araucária, que caíam no solo. Porém, quando os Jê chegaram na região, o ambiente era constituído por extensos campos, e o clima, naquela época, era seco, diferente do encontrado pelos europeus, na colonização das Américas.

Nesses três milênios de presença Jê nos planaltos sulinos, os campos secos se transformaram, gradativamente, em extensas florestas, com as araucárias, dominando os territórios. A expansão Jê e das araucárias, na região, não são consideradas mais como uma “coincidência ambiental”, mas estão intensamente relacionadas (CABRAL, 2014; REIS; LADIO; PERONI, 2014). Portanto, a Floresta Ombrófila Mista foi desenvolvida por esses povos Jê, dos quais os kaingang são descendentes, mantendo, ainda, a intrínseca relação com as araucárias.

Atualmente, o *Kreie-bang-rê* está fragmentado em diversas TIs (*emã*), localizadas numa região que é considerada como “desenvolvida economicamente”. Isso significa que as antigas florestas de araucária, que predominavam na região, foram sendo transformadas em monoculturas de soja, milho, pinus, eucalipto e pastagem. As rodovias federais e estaduais conectam esses territórios brasileiros, porém, há poucas gerações, eram as estradas que conectavam as antigas *emã*. Portanto, quando observamos as cidades, as estradas, as usinas hidrelétricas, as *plantations* e os parques ambientais, estamos diante de diversas redes de relações e de territórios indígenas.

Hoje, existem vários territórios kaingang, que resistem à colonização, pelas seguintes TIs reconhecidas pelo Estado brasileiro, no oeste catarinense e no sudoeste paranaense: Mangueirinha, Palmas, Toldo Imbú, Xapecó, Xapecó Gleba A e B, Toldo Chimbangue I, Toldo Chimbangue II, Toldo Pinhal e Reserva Indígena Aldeia Kondá. Existem, também, inúmeros territórios ainda em disputa, onde resistem os kaingang, vivendo em *emãs* (aldeias e acampamentos), em seus ancestrais territórios. Destaca-se, os *emã* Aldeia Alto Pinhal, na cidade de Clevelândia; a Aldeia Vitorino, na cidade de Vitorino e a Aldeia Kagrê<sup>5</sup>, nas cidades de Planalto

---

<sup>5</sup> As informações sobre os *emã* não reconhecidos pelo estado brasileiro foram obtidas com Rafael Illenseer, funcionário da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Guarapuava, a quem agradecemos.

e Barracão, no sudoeste paranaense. Essas informações permitem concluirmos que os territórios kaingang transgridem as lógicas territoriais ocidentais, adotadas pela República do Brasil. A existência desses *emã* não depende de decretos oficiais, pois são territórios ancestrais kaingang.

Mesmo que a colonização tenha procurado ocultar a história kaingang na formação dos municípios supracitados (CASTRO, 2011; D'ANGELIS, 1984; D'ANGELIS; FÓKÂE, 1994; FERNANDES, 2003; FRANCISCO, 2013; HELM, 1997; MOTA, 2009; VEIGA, 2000; TOMMASINO, 1995), ela não conseguiu eliminar a presença indígena nos territórios brasileiros. A história desenvolvimentista, de “heróis” que desbravaram os sertões selvagens, não destruiu a vasta rede de relações kaingang, constituídas por florestas, campos, rios, nascentes de rios, cachoeiras, caminhos, serras, mitos, rituais funerários, práticas de curas e alimentares, plantações, cemitérios, espíritos, mortos, corpos celestes e a multiplicidade de corpos humanos, como xamãs, caciques, caçadores, homens, mulheres e crianças, que continuam coexistindo dentro do estado brasileiro e seus múltiplos territórios estaduais e municipais.

Todo esse coletivo kaingang é entendido como cosmológico, pois os entes coexistem nas várias dimensões do cosmo, como no mundo subterrâneo (*numbê*), no nível da terra (*ga*) e no mundo alto (*fág-kavá*). Tanto os humanos como a araucária, por exemplo, além de coexistir nos mesmos ambientes, trocam substâncias que os constituem como kaingang. Se, no passado, essa relação cosmopolítica potencializou as formações florestais com o domínio das araucárias e o domínio Jê nos planaltos sulinos, atualmente, possibilita alianças que protegem, tanto territórios kaingang como as florestas com araucária.

O que o Ocidente Moderno denomina como Meio Ambiente, para os kaingang, são territórios, alianças e ancestralidades, constituídos por uma intensidade relacional de trocas, oposições e complementariedades entre os entes que formam o cosmo. Vários(as) autores(as) vêm demonstrando que esse cosmo kaingang é dualista e complementar, englobando relações humanas e extra-humanas (SILVA, 2002; ROSA, 2005; TOMMASINO, 1995; VEIGA, 2000; HAVEROTH, 1997).

Este artigo pretende, então, discutir as relações no *Kreie-bang-rê* a partir da cosmo-ontologia kaingang. A cosmopolítica se torna um conceito potente, pois permite emergir vários entes extra-humanos nos documentos analisados, multiplicando o cosmo kaingang em contraponto a cosmo-ontologia ocidental e

colonizadora, que procurou desde o século XIX, invadir, colonizar e explorar os territórios kaingang, encobrendo a indignidade desse coletivo, onde mais tarde, tornar-se-ia o sudoeste paranaense e o oeste catarinense. O artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla que teve como objetivo compreender as relações entre os humanos e as araucárias na TI de Mangueirinha, no sudoeste do Paraná, na qual foi necessário estudar a TI de Mangueirinha a partir do território ancestral do *Kreie-bang-rê* (BRANCO, 2021).

## **2 COSMOPOLÍTICA KAINGANG**

Essa relação entre os kaingang e as araucárias pode ser compreendida como cosmopolítica. Stengers (2018) explica que o cosmo é relacional e multiplicador de diferenças. Os existentes do mundo se relacionam constantemente e não estão em posições hierárquicas entre si, o que permite conferir subjetividade e intenções a todos os seres. Entende-se, portanto, que a cidadania e a política estão para além de relações humanas.

A política é vista, tradicionalmente, como humana e negada aos não humanos. Colocar o cosmo na frente da política permite que os existentes, além dos humanos, tenham intencionalidades, subjetividades e ajam, descentralizando o cosmo da humanidade. A cosmopolítica, proposta por Stengers (2018), pode ser uma importante chave de entendimento da cosmo-ontologia kaingang, onde os humanos e os extra-humanos compartilham um mesmo cosmo existencial. Não existe excepcionalidade humana, todos os existentes possuem direitos e estão sujeitos a consequências.

As cosmo-ontologias não ocidentais/modernas descentralizam, portanto, o cosmo ocidental/moderno. Na política ocidental, o que é apontado como humano é o moderno e masculino, numa concepção evolucionista que considera as relações masculinas ocidentais/modernas superiores às outras relações, sendo essas últimas, o passado e inferiores. Na cosmopolítica kaingang, vemos que essas noções ocidentais de humano são relativizadas e, assim, pode se desenvolver um diálogo com outras ontologias. O mundo colonizador passa a ser um, entre tantos outros mundos possíveis.

Nessa concepção, não existe um centro de poder absoluto, como um rei, pois, além daqueles que se aliam ao rei, existem muitos outros entes que questionam

e deslegitimam esse poder central e se colocam como pontos de vista, também. Os humanos e o cosmo ocidental/moderno perdem as excepcionalidades existenciais, que colocam o ambiente/natureza e os não ocidentais em graus inferiores e passíveis de exploração para o desenvolvimento. Essa luta existencial permite compreender a colonização da região sob o ponto de vista kaingang. Mesmo que a história universalista e desenvolvimentista dos colonizadores tenha ignorado a presença indígena nas histórias oficiais dos municípios e dos estados, os kaingang e outros coletivos ameríndios, de plantas e de animais, nunca deixaram de fazer parte da história.

O cosmo kaingang envolve inúmeros elementos próprios, fundados a partir dos ensinamentos dos gêmeos *Kamé* e *Kainru-kré*, e que colocam o cosmo em uma dualidade e em uma complementariedade extensiva a praticamente todos os entes, tanto humanos como extra-humanos. Diferentemente da tradição ocidental, onde a política tem como objetivo garantir uma unidade em torno dos conflitos, impondo um único ponto de vista na relação, na cosmopolítica não se busca a unidade, e sim a multiplicidade de pontos de vista, levando-se a sério os embates e as alianças possíveis.

O perspectivismo ameríndio permite compreender essa dimensão do ponto de vista, a partir das cosmo-ontologias ameríndias (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; 2015; LIMA, 1996). Nessa proposição, os humanos não são excepcionais e nem centrais, produzindo-se formas existenciais distintas das ocidentais. Assim, o ponto de vista humano não é central no cosmo, fazendo com que os humanos dialoguem com outros seres para a sua existência.

Porém, todos possuem seus pontos de vista e produzem suas relações e intersecções no cosmo, perpassando as diferenças existentes e inerentes, quando se encontram. Para contornar esse problema, é necessário compreender as diferenças cosmo-ontológicas entre kaingang e colonizadores e entre humanos e extra-humanos, a partir da noção de equívoco, elaborada por Viveiros de Castro (2015), pois o olhar de cada ponto de vista está constituído pelas suas próprias subjetividades e intenções e se diferenciam entre si.

Em outro trabalho, Viveiros de Castro (2002) atribui à cosmovisão ameríndia, uma perspectiva multinaturalista, postulando a necessidade de realização de uma crítica etnológica para que os conceitos indígenas sejam respeitados,

pois apenas o relativismo cultural não dá conta de explicar essas experiências. Já Lima (1996) apresenta o ponto de vista para explicar as experiências dos Jurunas com os animais, as plantas e os mortos. Segundo a autora, os entes estão sempre em disputa, para que prevaleçam seus pontos de vista nas relações. Quando um caçador vai capturar porcos, ele corre o risco de virar porco, caso os porcos consigam apreender seu espírito, pois, do ponto de vista dos porcos, estão em uma guerra, objetivando obter inimigos. Os humanos não são o centro da relação e eles precisam, a todo momento, manter o seu ponto de vista, pois o contrário disso é a morte. Os outros, não humanos, também precisam manter seus pontos de vista. Os Juruna não relativizam a intenção de guerra dos porcos, ela não é uma mera representação da caça, pois essa, para os humanos, é a guerra, para os porcos. Nesse contexto, podem acontecer os equívocos de perspectivas: os acontecimentos diferem para humanos e para os porcos.

Já na cosmopolítica kaingang, o funcionamento do cosmo se dá a partir de alianças entre *Kamé* e *Kainru-kré*, opostos cosmo-ontológicos. Essa aliança é denominada pelo conceito êmico *lambré* (cunhado), sendo que as trocas de relações entre diferentes é o ideal nas dinâmicas kaingang. Astros celestes, animais, plantas e espíritos guias compartilham com os humanos a descendência dos irmãos criadores. A partir da criação do mundo, cada um dos irmãos criou seres diferentes e deixou descendentes para viver no mundo, dividindo o cosmo em dois grupos ou *clãs*. Essa política cósmica é narrada e transmitida através do mito do dilúvio e da criação do mundo Kaingang, transcrito pela primeira vez por Borba:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra Krinjijimbé emergia das águas. Os Kaingangues, Kayurukrés e Kamés nadavam em direção a ela levando na boca achas de lenha acesas. Os Kayurukrés e Kamés, cansados, afogaram-se; suas almas foram morar no centro da serra. Os Kaingangues e uns poucos Kurutons, alcançaram a custo o cume do Krinjijimbé, onde ficaram, uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros aos galhos das árvores; e ali passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer. Já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a à água, que se retirava lentamente. Gritaram eles às saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amiudando também o canto e convidando os patos a auxiliá-las. Em pouco tempo chegaram com a terra ao cume, formando como que um açude, por onde saíram os Kaingangues que estavam em terra. Os

que estavam seguros aos galhos das árvores transformaram-se em macacos e os Kurutons em bugios. As saracuras vieram, com seu trabalho, do lado de onde o sol nasce; por isso nossas águas correm todas ao poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as águas secaram, os Kaingangues se estabeleceram nas imediações de Krinjijimbé. Os Kayurucrés e Kamés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela. Depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: pela aberta por Kayurucré brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; daí vem terem eles conservado os pés pequenos. O mesmo não aconteceu a Kamé, que abriu sua vereda por terreno pedregoso, machucando – ele e os seus – os pés, que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. Pelo caminho que [os Kamés] abriram não brotou água e, pela sede, tiveram de pedi-la a Kayurucré, que consentiu que a bebessem quando necessitassem. Quando saíram da serra mandaram os Kurutons para trazer os cestos e cabaças que tinham deixado embaixo. Estes, porém, por preguiça de tornar a subir, ficaram ali e nunca mais se reuniram aos Kaingang: por esta razão, nós, quando os encontramos, os pegamos como nossos escravos fugidos que são. Na noite posterior à saída da serra, atearam fogo e com a cinza e carvão fizeram tigres (ming), e disseram a eles: –Vão comer gente e caça. E os tigres foram-se rugindo. Como não tinham mais carvão para pintar, só com a cinza fizeram as antas (oyoro), e disseram: –Vão comer caça. Estas, porém, não tinham saído com os ouvidos perfeitos, e por esse motivo não ouviram a ordem; perguntaram de novo o que deviam fazer. Kayurucré, que já fazia outro animal, disse-lhes gritando e com maus modos: – Vão comer folha e ramos de árvore; desta vez elas, ouvindo, se foram: eis a razão porque as antas só comem folhas, ramos de árvores e frutas. Kayurucré estava fazendo outro animal; faltava ainda, a este, os dentes, língua e algumas unhas, quando principiou a amanhecer. E, como de dia não tinha poder para fazê-lo, pôs-lhe [no animal] às pressas uma varinha fina na boca e disse-lhe: – Você, como não tem dente, viva comendo formiga. Eis o motivo por que o tamanduá (ioty), é um animal inacabado e imperfeito. Na noite seguinte continuou e fez muitos animais, e entre eles as abelhas boas. Ao tempo que Kayurucré fazia esses animais, Kamé fazia outros para os combater: fez os leões americanos (ming-koxon), as cobras venenosas e as vespas. Depois de concluído esse trabalho, marcharam a reunir-se aos Kaingang. Viram [então] que os tigres eram maus e comiam muita gente. Então, na passagem de um rio fundo, fizeram uma ponte de um tronco de árvore e, depois de todos passarem, Kayurucré disse a um dos de Kamé que quando os tigres estivessem na ponte puxasse esta com força, afim de que eles caíssem na água e morressem. Assim o fez o de Kamé, mas, dos tigres, uns caíram na água e mergulharam, outros saltaram ao barranco, segurando-se com as unhas. O de Kamé quis atirá-los de novo ao rio, mas



como os tigres rugiam e mostravam os dentes, tomou-se de medo e os deixou sair. Eis porque existem tigres em terra e nas águas. Chegaram a um campo grande, reuniram-se aos Kaingangues e deliberaram casar os moços e as moças. Casaram primeiro os Kayurucrês com as filhas dos Kamés, estes com as daqueles, e como ainda sobravam homens, casaram-nos com as filhas dos Kaingang. Daí vem que Kayurucrês, Kamés e Kaingang são parentes e amigos. (BORBA, 1908, p. 20-2).

É importante, também, observar que a dualidade Kaingang se aplica ao tempo e ao espaço, estando sujeita a relações assimétricas (ROSA, 2005; CRÉPEAU, 1997) e simétricas (SILVA, 2002; HAVERTOH, 1997), onde, nas primeiras, *Kamé* engloba *Kaiuru-kre*, pois *Kamé* é mais forte e “vão na frente” dos *Kaiuru-kre* e/ou, nas relações simétricas, vão trocando propriedades entre si e se complementando. A dualidade Kaingang não excluiu essas duas relações, pois as assimetrias e simetrias também oscilam entre si, englobando e complementando-se.

O passado e o presente existem ao mesmo tempo através de espaços reproduzidos desde os tempos antigos, coexistindo com espaços e tempos desdobrados após a colonização. Segundo Tommasino (1995), são o tempo/espaço antigo (*wãxi*) e o presente (*uri*). Essa perspectiva dual do tempo e do espaço, desenrola-se, também, no cotidiano kaingang, como, por exemplo, na alimentação<sup>6</sup>: a comida forte está relacionada com o tempo antigo e em espaços míticos e ancestrais; já a comida fraca com a alimentação introduzida após o contato, relacionada com o tempo presente e adquirida em espaços frequentemente não indígenas. Enfim, essa relação dualista, de oposição e de complementariedade kaingang, é intensa, desenrolando-se entre humanos e extra-humanos, constituindo a política cósmica desse coletivo.

### **3 KREIE-BANG-RÊ**

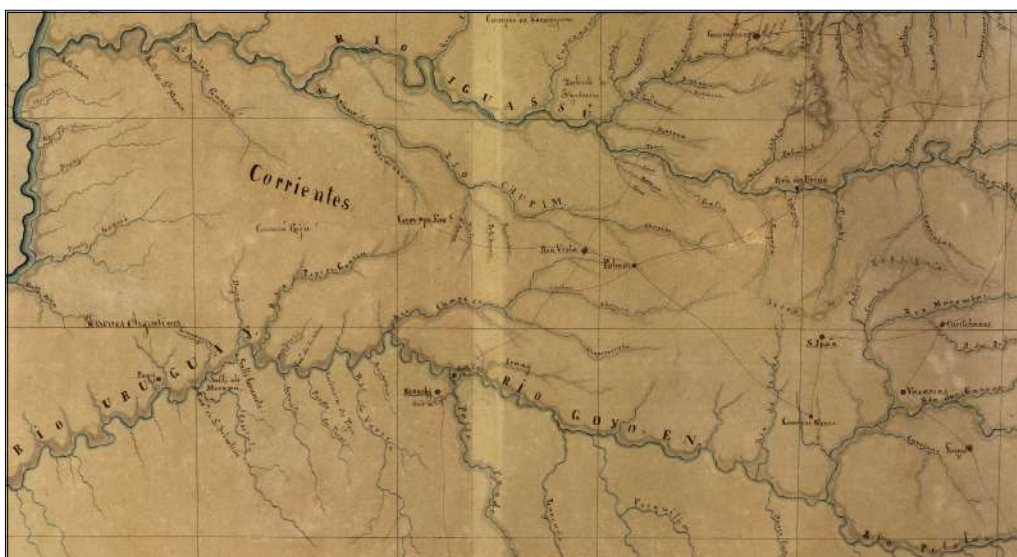
O *Kreie-bang-rê* significa Campo do Pilão Grande, em kaingang: *Kreie*, pilão, *bang*, grande, *rê*, campo. Segundo Mota (2016), é um antigo território, localizado entre o rio *Goio-kovó* (*kovó*=Buraco), o rio Iguaçu e *Xáembetko*, o rio Chapecó. O autor se localiza a partir dos grandes campos na região, onde os Kaingang, preferencialmente, fazem seus *emãs*, em que as fronteiras seriam as extensas florestas

<sup>6</sup> Ver Oliveira (2009).

com araucária. Ao oeste do *Kreie-bang-rê*, localiza-se o *Kampo-rê* (atualmente, a região do município Campo Erê/SC), que se estendia até o *Goio-bang* (rio Paraná) e, ao sul do *Kreie-bang-rê*, o *Xanxá-re*, localizado entre o *Xáembetko* e o *Goio-en* (rio Uruguai).

Na Figura 1, no mapa das Comarcas de Guarapuava e Palmas, organizado por Plethz (1880), pode-se observar a região descrita por Mota (2016). O *Kreie-gang-rê*, está na região central da Figura. Na época da sua publicação, Palmas havia se tornando o centro do território dos colonizadores e se pode ver a Vila de Palmas, a Vila de Boa Vista, atual município de Clevelândia e, a oeste, Campo Erê e a região argentina de Corrientes.

Figura 1 – Mapa das comarcas de Guarapuava e Palmas, na província do Paraná



Fonte: Francisco de Paula Plethz, 1880.

O *Kreie-gang-rê* é um território central para os kaingang, com os maiores campos entre o *Goio-Kovó*, o *Goio-en* e o *Goio-bang*. Outra característica importante se encontra nas formas de territorialização, a partir dos principais afluentes do *Goio-kovó*, o rio *Xopin* (atualmente chamado de Chopim) e do *Goio-en*, o rio *Xáembetko* (rio Chapecó). Esses rios nascem no *Kreie-bang-rê* e, praticamente, cruzam todo o território, no sentido noroeste e sudoeste, a partir de suas nascentes.

Possuem características semelhantes, como as cachoeiras e as corredeiras, o que faz de eles rios importantes para a prática do *pari*<sup>7</sup>. Segundo Tomasino (1995, p. 77), os grandes rios, como o *Goio-Kovó* e o *Goio-en* são “como linha divisória que só pode ser atravessada de forma ritualizada”. Já os “rios menores, ao contrário dos grandes, se constituíam como rios de encontro e (*re*) união entre os habitantes dos diferentes grupos” (TOMMASINO, 1995, p. 74).

A arqueologia sobre as ocupações Jê nos planaltos sulinos tem revelado um passado que os documentos escritos, geralmente, não possibilitam compreender, sobre as moradias kaingang e Jê nos planaltos. Na região localizada entre o sul de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul, o arqueólogo Saldanha interpreta a ocupação Jê, da seguinte forma:

Haveria uma zona alta, inóspita, com pouca utilização; uma zona de formação vegetal de tipo alto-montana, domesticada, lugar de coleta abundante de frutos do pinheiro, de consumo e socialização; uma zona mais baixa, de formação Montana, com poucas evidências de habitação, mas local de possível amanho da terra para cultivos; e a calha do rio Pelotas, local de pesca e obtenção de matérias-primas. (SALDANHA, 2005, p. 144).

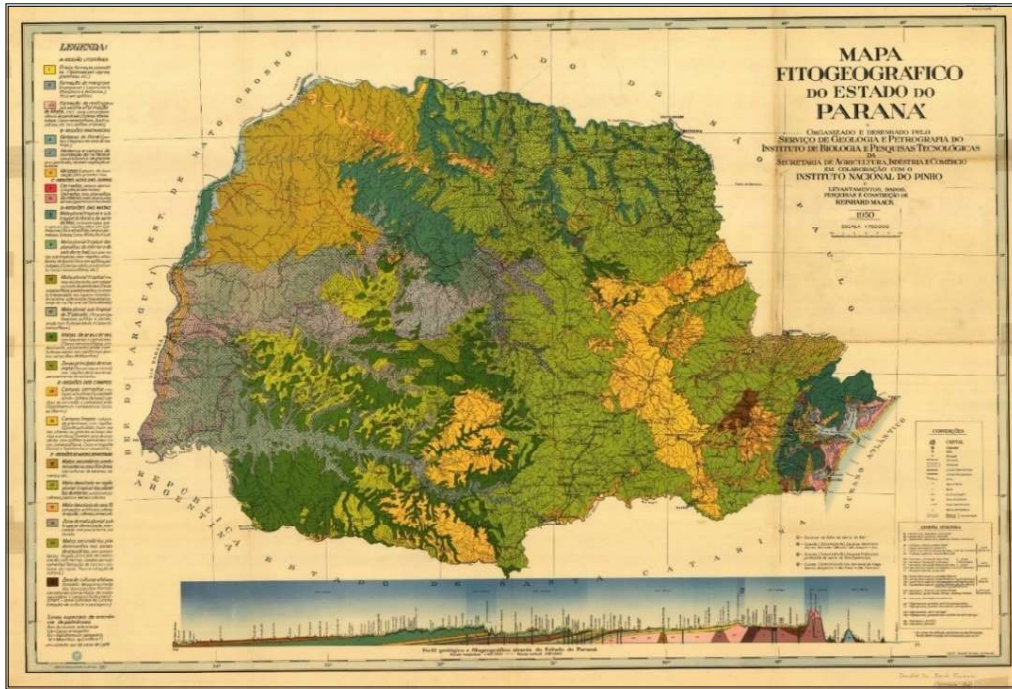
A região mais alta, entre os rios *Goio-kovó* e *Goio-em*, é, justamente, onde Mota (2016) localiza o *Kreie-bang-rê*, uma região de campo, do tipo alta e alta-montana. Conforme os rios seguem seus cursos em direção à foz, passam por regiões de alta-montana, com capões de araucária, campos menores e campinas; conforme os rios seguem seus cursos e cruzam territórios de altitudes menores e mais úmidos que os campos nas áreas mais altas, os campões e os campos dão lugar para imensas e densas florestas de araucária. Próximo dos rios Iguazu e Uruguai, os rios Chopim e Chapecó encontram as florestas subtropicais, caracterizadas por serem as regiões mais quentes e úmidas.

Os mapas a seguir (Figuras 2 e 3) apontam a vegetação do Paraná e de Santa Catarina. O sudoeste paranaense e o oeste catarinense formavam o *Kreie-bang-rê*, com vários *emã* que compartilhavam um mesmo território, compostos, por exemplo, por campos, campinas, florestas, rios e serras. Esses mapas sobre

<sup>7</sup> O *pari* é a forma de pesca ancestral kaingang, onde estão inseridas relações de comensalidade entre os grupos locais de parentesco. O *pari* é entendido, neste artigo, como marcadores territoriais entre esses grupos, além de atualizar os territórios e as temporalidades do *wãsi* e do *uri*.

a vegetação são elaborados por cientistas e foram produzidos a partir da década de 1950, um período já avançado do colonialismo nos territórios indígenas.

Figura 2 – Mapa Fitogeográfico do Paraná



Fonte: Reinhard Maack, 1950.



que as florestas de araucária já tinham sido transformadas pela colonização. Nesse mapa, é possível visualizar como eram organizados os territórios kaingang *rê* e *nen*, a partir da classificação ocidental/moderna de territorialização. Desse modo, os mapas se revelam como importantes fontes para a história da floresta e, conseqüentemente, da colonização euro-brasileira, pois neles estão as formações vegetais antes e depois da colonização. As áreas do mapa, em verde forte, são de floresta com araucária; as áreas em verde claro compreendem a floresta com araucária, em sua formação secundária; as áreas pontilhadas são as florestas subtropicais, no entorno do rio Iguaçu; e as áreas em amarelo são as áreas de campos.

Já o segundo mapa (Figura 3), de D'Angelis (1984), apresenta os territórios de campo, de florestas com araucária e subtropical, antes da colonização. Semelhante com a parte norte do território, as florestas e os campos no sul do *Kreie-bang-rê*, também apresentam uma heterogeneidade, sendo que as florestas de araucária estão situadas no norte de Santa Catarina, na divisa com o Paraná, em altitudes. Ao se aproximar do rio Uruguai, as araucárias, aos poucos, vão cedendo lugar para a floresta tropical, semelhante com o que ocorre com as florestas do norte, ao se aproximarem do rio Iguaçu.

No entorno desses emã subterrâneos, desenvolvia-se a araucária, em formas de capões, pequenos fragmentos de araucária, nos campos (*rê*) mais próximo das moradias e, ainda, no *nen*, em planaltos sulinos, sendo uma importante fonte alimentar, sobretudo, pelo pinhão, a semente da araucária. As datações arqueológicas dessas moradias subterrâneas variam conforme a região, sendo de 500 a 1700 anos antes da nossa era. Na região de Vacaria, no Rio Grande do Sul, por exemplo, foram encontradas casas subterrâneas com diâmetros de 6 até 102 metros (SCHMITZ, 2016). Segundo o autor, as casas subterrâneas são adequadas para o solo de origem basáltica, com clima frio e chuvoso. Os tamanhos das casas variam segundo sua antiguidade. As casas mais antigas eram formadas por famílias extensas, com algumas dezenas de pessoas vivendo nelas e as menores, mais recentes, comportavam famílias menores ou nucleares. Nessas mudanças, o processo de produção e a arquitetura das casas subterrâneas se transformaram, sendo que “as casas grandes teriam cobertura em forma de chapéu chinês, as geminadas em forma de canoa emborcada, as pequenas provavelmente em cúpula ou colmeia” (p. 17).

Há 1500 anos, a araucária passou a expandir-se pelos planaltos sulinos, sobretudo nas áreas mais altas, atingindo sua expansão máxima há 500 anos, na chegada dos europeus na América, em um território que vai de São Paulo ao Rio Grande do Sul e a Misiones, na Argentina. A condição climática úmida permitiu a expansão das araucárias. Porém, só as condições ambientais não respondem a transformações de grandes campos em floresta com araucária. O pinhão é uma semente grande e pesado, fazendo parte do regime alimentar de diversos animais, como aves e mamíferos, além dos humanos. Suas características fazem com que a sua expansão seja reduzida a uma pequena área, mesmo com a participação de animais. É preciso considerar que a floresta com araucária existe, em partes, por causas dos Jê, transformando a Floresta Ombrófila Mista em um ecossistema antrópico (REIS; LADIO; PERONI, 2014).

Nas escavações arqueológicas, as casas subterrâneas estão sempre associadas com as araucárias e mostram o consumo de pinhões que, até os dias atuais, é um alimento importante, além de ser uma fonte de renda. A araucária, ainda, é mais do que uma fonte alimentar, sendo para os kaingang, um cunhado, um amigo, possuindo os mesmos sentimentos que os humanos. No *Kiki*, um dos rituais mais importantes para os kaingang, e dedicado aos mortos e aos ancestrais<sup>8</sup>, a araucária é sacrificada para ter seu tronco utilizado na produção do *Kiki*, bebida que dá nome ao ritual. O sacrifício da araucária também está associado a *Nhar*, um *kofá* (ancião) que se sacrificou para dar aos kaingang as sementes de plantas relacionadas à agricultura, como a abóbora e o milho. Em sua homenagem, o milho passou a ser chamado de *Nhar*, segundo a mitologia kaingang.

Segundo Saldanha (2005), essas regiões, mesmo configurando-se de forma independente, são complementares, pois as áreas mais altas tinham “possibilidade de caça e movimentação”; nas áreas com altitude mais baixa e “intermediária, como área de habitação e coleta de pinhão”; e nas áreas próximo dos rios e de altitudes mais baixas, perto das florestas subtropicais, praticavam a “pesca, coleta, obtenção de matéria-prima e plantio”. Nas zonas intermediárias, nos platôs e nos divisores de águas, estão localizadas a maior parte dos sítios, estudados pelo autor, os “agrupamentos são formados por unidades habitacionais, áreas entaipadas e áreas de atividade” (p. 146).

<sup>8</sup> Sobre o *Kiki*, sugere-se ver os trabalhos de Baldus (1937), Veiga (2000) e Rosa (2005).



Entre os rios *Goio-kovó* e *Goio-en*, os grandes rios da região, também está localizado o principal divisor de água dos rios Iguazu e Uruguai, onde alguns *emã* formavam o grande território kaingang. Esse grande divisor é uma serra, conhecida, posteriormente, pelos colonizadores, como a Serra da Fartura, pois, em meados do século 19, partindo dos Campos de Palmas em busca do *Kampo-rê*, acompanhados por kaingang aliados, eles percorreram um antigo caminho que conectava os territórios, de oeste a leste, de norte a sul, no qual encontraram plantações Kaingang. Por isso, o nome de Serra da Fartura (WACHOWICZ, 1987).

Ainda em meados do século 19, o império brasileiro resolveu construir uma estrada que partia de Palmas até o *Kampo-erê*, acompanhando o divisor, seguindo em direção a Corrientes, na Argentina. Em ofício de 1864, Marcondes de Sá descreve-a:

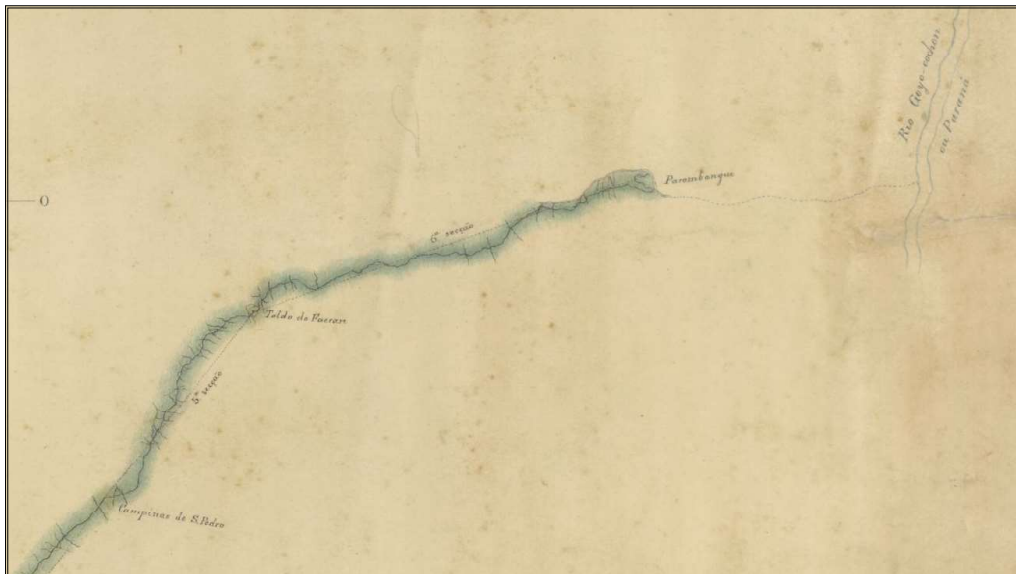
É provável que no trajeto da estrada se encontrem campos devolutos encravados no sertão, como nos dão notícias os Índios de Palmas [...] campos por elles conhecidos que lhes dão o nome de Cavarú-Coiá (campo onde se comeu cavallo). (1864 apud WACHOWICZ, 1987, p. 33).

O encarregado de construir a estrada de Corrientes foi o Major Manoel Marcondes de Sá, em companhia de 37 kaingang, comandados pelo *paibang* Kondá, saindo em reconhecimento, de Palmas até o *Kampo-rê*. Sobre essa viagem, Fleury (apud WACHOWICZ, 1987, p. 35) relata haver “pequenas campinas contíguas” e o encontro com o Cacique Manoel Facran, *paybang* no *Kampo-erê* e “catechumeno do aldeamento de Guarapuava [...] há mais de 30 anos”. Nesse encontro, Facran “reconhecendo depois as intenções amigáveis com que eram procurados, entregaram-se confiados a nossa discricção, aceitando o convite de abandonar as selvas” (FLEURY, s.d. apud WACHOWICZ, 1987, p. 35). Ainda, o relator, prosseguindo o reconhecimento da região, diz “não haver dúvida que seja o Goyo-cochon o Paraná, segundo as informações fornecidos pelas pessoas da expedição, que são unanimes em dar-lhe largura de 300 braços” (p. 35-6).

No mapa (Figura 4) abaixo, elaborado pelo engenheiro Jeronimo de Rodrigues de Moraes Jardim, em 1865, registra-se a localização do Toldo (*emã*) de Fracan, entre o *Kampo-rê* e o *Goyo-cochon*. As nomações de territórios seguiam as nomações Kaingang. Por exemplo, o nome *Paronbangué* marca um território próximo ao rio Paraná.



Figura 4 – Mapa da Estrada Corrientes

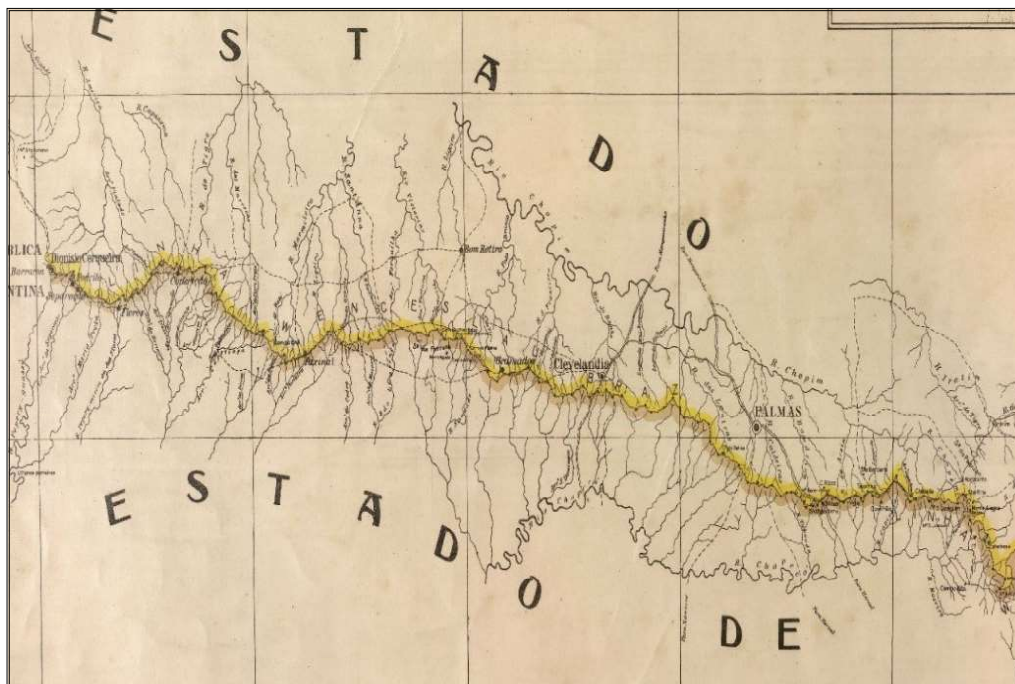


Fonte: Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, 1865.

Esse grande divisor entre os rios Goio-Kovó e Goio-en ficou marcado, na história da região, sendo que, no início do século XX, os estados do Paraná e de Santa Catarina reivindicavam o que veio a ser chamado como “Contestado”, havendo um limite entre esses estados. Por sua vez, Brasil e Argentina haviam disputado a região, até o início do século XX, onde o território brasileiro ficou demarcado até os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio.

Fernandes (1941), ao descrever a região, chama-a de “mesopotâmia Iguaçu-Uruguai”, o que não fica difícil de se compreender, ao observarmos o mapa abaixo (Figura 5), elaborado pela comissão responsável em delimitar os limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Figura 5 – Mapa da divisa entre Paraná e Santa Catarina



Fonte: Carta geral da fronteira entre os estados Paraná e Santa Catharina, 1922.

Talvez, a descrição mais reveladora sobre o Goio-Kovó e Goio-en tenha sido registrada pelo Barão de Capanema, em sua estada na região, em 1887. Capanema, ao que tudo indica, ficou vislumbrado com uma estrada que ele encontrou entre os rios Iguaçu e Uruguai, dedicando-se a escrever um artigo intitulado “Investigações no sertão paranaense”, publicado no Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, em 1917. Ele começa o artigo falando de “um systema de viação existente em época muito remota, talvez anterior à descoberta do Brazil”. Reconhecia que essa região era um território kaingang, porém, enfatizava que eles teriam migrado do Mato Grosso, “não eram filhos da terra” e que, conseqüentemente, o sistema de viação não poderia ser kaingang, só poderia ser relacionado aos Incas, Jesuítas ou, ainda, aos paulistas. Porém, o mais importante no relato de Capanema são as descrições que ele faz em seu texto:

E no entretanto notáveis vestígios, que ainda hoje se encontram, e que tive ocasião de ver, atestam que aquelle território era frequentado, cortado, por

uma estrada admiravelmente traçada, passando pela divisa de águas desde o Paraná até Palmas de Baixo [atual Clevelândia e Abelardo Luz], onde se perdem esses vestígios. (CAPANEMA, 1917, p. 305, inserção nossa).

Se, realmente, Capanema visitou a região em 1887, fazia quase 40 anos de ocupação luso-brasileira em Palmas de Baixo, o que justifica os vestígios da estrada se perderem na década de 80, do século XIX, nas regiões mais antigas de colonização, como Palmas, Bella Vista e Palmas de Baixo. Nos percursos, próximo ao rio Paraná, a estrada se encontrava melhor conservada. Nessa região, a colonização no *Kampo-rê*, próximo ao rio Paraná, ocorreu por volta de 1860, quase 30 anos antes da visita do Barão, o que pode explicar a diferença na conservação da estrada. Continua Capanema:

Partia essa estrada do Paraná pela lombada que divide águas entre Iguassú e o Uruguahy, que nasce na mesma cordilheira onde brotam o Peperyuassú e o Santo Antônio, correndo este de sul a norte e aquele de norte a sul sensivelmente pelo mesmo meridiano, e o Uruguay de leste para oeste.

Nos dous Irmãos, coxilha próximo à campina do Americo, referem-me que se encontra uma cava larga, a qual mostra ter sido estrada mais adiante nas proximidades do rio Tracuntinga, se encontram de novo em diversos lugares vestígios de estradas com declives muito suaves, e que parece ter servido para carretas.

No Campo Eré (nome também coroado) pode-se acompanhar essa estrada, que ainda se acha bem conservada, sobretudo na estrada dos Muros, onde dela atravessa um banhado com um aterrado.

Esses aterrados se formam frequentemente no Paraná pelas águas de chuva, que descem pelas estradas escavando-as e depositando na depressão do terreno a terra de erosão, que os transeuntes calcam no meio formando um rego que conduz novo material, e assim cresce o aterro até unir-se de ambos os lados.

O aterrado da antiga estrada está nas mesmas condições, mas vê-se ao lado excavação de onde foi tirada a terra. E', pois, obra do homem.

Mais para léste, além da serra de Sant'Anna, depara-se novamente com a mesma estrada na matta virgem, e crescendo no seu leito grossas arvores. Assevera-me um morador das vizinhanças que nas margens do rio Sant'Anna se reconhece o lugar onde ele era atravessado pela estrada.

Ainda mais para léste, cerca de três quilômetros da falda occidental da Serra da Fatura, vê-se, no terreiro de uma fazenda, muito distintamente, a bifurcação d'esta antiga estrada, seguindo um ramo em direção à colônia militar do Chopim, buscando para NE, os Campos de Guarapuava: o outro ramo segue para SE, em busca dos Campos de Palmas, de onde poderiam

seguir pelos Campos de S. João a encontrar as cabeceiras do Itapucú. (1917, p. 305-6).

A antiga estrada ligava os vários territórios kaingang, no *Kreie-bang-rê*, e a outros, para além dos rios Iguaçu e Uruguai. As técnicas utilizadas para construir a estrada, como por exemplo, o aterramento dos banhados, ainda a mantinham preservada quando Capanema passou pela região. É provável que ela tenha sido parcialmente abandonada na invasão colonial, mas havia marcado os caminhos das principais rodovias na região, tanto pela estrada de Corrientes e das Missões, como pelas modernas rodovias de asfalto, que costuram, hoje, o oeste catarinense e o sudoeste paranaense.

A estrada das Missões também passou pelos territórios kaingang, em meados do século XIX, o que possibilitou que as regiões agropastoris dos campos gerais paranaense e dos campos do noroeste riograndense se conectassem diretamente. Essa estrada passou pelos territórios das atuais TIs de Palmas, Toldo Imbú, Xapecó, Chimbangue, entre muitos outros *emã* que, mais tarde, se transformaram em cidades, como Palmas, Mangueirinha, Chopinzinho, Coronel Vivida, Palmas, Campo-erê, Clevelândia, Abelardo Luz, Xanxerê e Chapecó: todos esses municípios surgiram a partir da colonização agropastoril ou da colonização militar, já no século XIX.

A combinação entre militares e fazendeiros possibilitou que as estradas fossem ocupadas, pois muitos militares eram fazendeiros e, outros, viraram fazendeiros. As colônias militares do Chopim e do Chapecó, no final do século XIX, permitiram que muitas áreas de florestas e campos kaingang fossem tomadas. Elas foram instaladas em dois trechos diferentes da estrada das Missões no *Kreie-bang-rê* e tinham, como um de seus objetivos, combater os indígenas da região. A Colônia do Chopim foi instalada próximo aos rios Chopim e Iguaçu, e a Colônia do Chapecó foi instalada entre os rios Uruguai e Chapecó.

Os kaingang estabelecem, até os dias atuais, suas moradias em regiões de campos e nas áreas de maiores altitudes, próximo de cursos hídricos e florestais. Os *emã* são moradias permanentes, perto de rios, nascentes, banhados e florestas com araucária, sendo que essa proximidade favorece uma alimentação mais abundante. No inverno, época em que acontece a piracema e os peixes sobem o rio, é possível realizar a pesca com *pari*. A queda do pinhão e a colheita do milho

permitiam a realizações de grandes rituais, como o *Kiki*, e outras festas menores, além da proteção contra os inimigos, podendo ser kaingang ou não.

As relações de parentesco kaingang, marcadas pela aliança entre *lambré* (sogro e genro), permitiam que *emã* distantes e as localizadas em outros territórios, estivessem em constante comunicação. A existência de diversos *emã* na região do *Kreie-bang-rê* possibilitou o surgimento de uma complexa rede de alianças entre líderes kaingang e a mobilidade não só de humanos, como também de pinhões e de outros seres. Alguns *emã* ultrapassaram, inclusive, os limites de suas fronteiras, recebendo festas e rituais, organizados pelos seus líderes, reunindo a presença de outros *emã*.

Os *emã* não estavam isolados um dos outros, recebiam parentes e aliados de outros lugares por diversos motivos, tanto na guerra como na paz. É importante imaginarmos que, nessas caminhadas para as festas, para visitar parentes e aliados ou para a caça e a coleta do mel, foram sendo plantados inúmeros pinhões, como outras plantas também, colaborando com a produção da floresta e a sua expansão. Mais de três milênios habitando os planaltos sulinos permitiram aos kaingang e seus ancestrais Jê, não só contribuírem olaborem com a expansão da araucária, como produzirem territórios a partir de suas cosmologias.

Assim, compreender o relevo é um aspecto importante para entendermos não só as relações entre os *emã*, mas também a configuração geográfica do *Kreie-bang-rê*. É importante essa observação, pois muitos territórios estão associados a altitudes, como os campos, nas altitudes mais altas, e as florestas com araucária, nas altitudes intermediárias. Vários campos e campinas estão, também, nas zonas intermediárias. No mapa (Figura 6) abaixo, de 1861, elaborado por Antonio Mendes Antas, é possível visualizar o relevo e alguns cursos hídricos no *Kreie-bang-rê*. Entre os rios Chopim e Chapecó, estão as áreas com maior concentração de floresta. Ao sul, leste e sudeste, existem diversas cadeias de montanhas e, nas áreas sem representação, estão os campos. A linha vermelha representa a estrada das Missões, cortando o território de norte a sul.

Figura 6 – Mapa: “A província do Paraná”



Fonte: Antonio Mendes Antas, 1866.

Entre os campos e os rios, as florestas com araucária se elevam, ao alto, podendo chegar a mais de 30 metros de altura, com suas folhas duras e pontiagudas, em tom de verde escuro, que contrasta com o verde das outras espécies de árvores, tornando-se uma paisagem única. No inverno, durante os meses mais frios do ano, a partir de março, as pinhas, que são uma reunião de pinhões, quando estão maduras, soltam-se dos galhos. Nesse momento, depois de meses de amadurecimento, elas estão vermelhas e, ao cair no chão, a pinha, que na parte externa é verde, fragmenta-se em inúmeros pinhões avermelhados. Embaixo das araucárias, o chão fica avermelhado, estabelecendo um contraste com a mata (WACHOWICZ, 1987).

O pinhão é fundamental na alimentação kaingang, pois, no inverno, a disponibilidade de frutos de outras espécies é menor. Além de alimentar os humanos, o pinhão também faz parte da dieta de muitos animais, alguns pertencendo ao hábito alimentar kaingang. Existem, pelo menos, nove espécies de araucária e, em cada

uma delas, os pinhões amadurecem em épocas diferentes. Mesmo o inverno sendo a época em que a maioria dos pinhões amadurecem, é possível encontrar espécies de araucária em que os pinhões estejam maduros em quase todos os meses do ano.

A grande variedade de espécies de araucária a torna um ente importante na saúde da floresta e do cosmo kaingang. Alimento, moradia e proteção, a araucária possibilita a coexistência de diversos seres na floresta e nos campos onde ela habita. A correlação na expansão das araucárias e dos Jê, no planalto sulino, não é apenas no sentido funcional, servindo de estoque alimentar. Essa relação ultrapassa o determinismo biológico e rompe a barreira dicotômica do mundo Ocidental Moderno entre os humanos e a natureza.

Os ocidentais têm dificuldades em conceber uma floresta como parte do humano; os humanos, tanto na ciência como no mito hebraico, estão separados da natureza e não fazem parte dela<sup>9</sup>. A araucária, na cosmo-ontologia kaingang, é um ente tão importante como os humanos são. O conhecimento contemporâneo conheceu, até agora, apenas as consequências do modo de vida kaingang através das florestas de araucária, mas tem muito, ainda, a aprender sobre as relações que permitiram a sua existência, ou seja, a história da própria floresta.

Infelizmente, o século XX conheceu o apogeu da araucária e seu extermínio pois, em poucas décadas, as araucárias perderam quase a totalidade do seu território, sendo exploradas pelos colonizadores, inclusive em territórios indígenas. É provável que, atualmente, exista menos de 1% da floresta de araucária no sudoeste paranaense e no oeste catarinense. A exploração intensiva e colonialista, dos territórios indígenas, impossibilita a vivência das antigas florestas, restando apenas alguns fragmentos, que guardam consigo as histórias e os conhecimentos kaingang e de seus ancestrais.

O *Kreie-bang-rê* não é um território homogêneo, composto apenas por araucárias, pois é formado por diversas relações. Ao habitar regiões específicas, as florestas subtropicais e as florestas de araucária permitem uma grande diversidade de existentes que vivem com os kaingang. A partir da formação de um novo *emã*, nos territórios do Irani no sul do *Kreie-bang-rê*, D'Angelis descreve o cosmo kaingang e as várias espécies de árvores nas florestas,

---

<sup>9</sup> Sobre a crítica a cosmo-ontologia ocidental com relação ao meio ambiente, sugere-se ver os trabalhos de Latour (1994), Descola (2015) e Anna Tsing (2019).

A nova aldeia Kaingang iria assentar-se no plano mais alto do terreno na mata de transição que cobria a região, idêntica à da zona de Nonoai. Informam os mais velhos Kaingang dessa área, que “no chato” (isto é, no divisor de águas entre o rio Irani e o Lageado Lambedor) havia o pinhal, onde também estavam taquarais. Nas encostas, descendo para os cursos das águas, havia as “madeiras brancas” como Ngre e Kéntantóy (canela), Karumbâg (Angico), Kéyntkórâ (Grápia), Fwó (Cedro), Fwóxá (Canjarana), etc. Essa vegetação tipicamente de transição entre as matas “aciculifoliadas ou mata de araucária e o das latifoliadas”. As matas propriamente de pinheiras iniciavam pouco mais ao norte, entremeando-se de campinas pertencentes aos Campos de Palmas, para ir avolumando-se na direção dos rios Chopim e Iguaçu. (1984, p. 34).

As primeiras tentativas *fóg*, ou seja, não indígena, de conhecer o cosmo kaingang no *Kreie-bang-rê*, foram as etnografias de Baldus (1937) e de Fernandes (1941). Os trabalhos desses dois antropólogos passam, de algum modo, a compor o cosmo kaingang, no *Kreie-bang-rê*. Esses trabalhos acadêmicos se mostraram preocupados com a cosmo-ontologia indígena e permitem o acesso ao cotidiano kaingang e a outros entes. É, nesse momento, que as araucárias se apresentam, para a ciência, como entes importantes para os kaingang. Baldus (1937) e Fernandes (1941) relatam a apreciação desse coletivo indígena pelo pinhão e o seu consumo alimentar. Segundo Baldus, os kaingang

[...] apreciavam as diferentes espécies de mel, os frutos da araucária, do butiá, da guabiroba, do guamiri e de algumas outras árvores e arbustos, as folhas da urtiga, o coração do butiá e da caraguatá, os brotos da samambaias preta, o urupê, espécies de cogumelo de pau. (1937, p. 12).

Sobre a pesca com *pari*, ele relata as técnicas

[...] usam apenas o cesto tecido de cana de taquara, que põem no fundo da água, segurando-o por meio de corda presa a uma árvore ribeirinha. Esta nassa tem forma cilíndrica e a abertura armada com pedacinhos de taquara flexível apontados e dirigidos para dentro, de tal forma que por eles os peixes podem penetrar até o interior do cesto, não podendo mais voltar à liberdade. A parte do cesto oposta à abertura tem a forma cônica para fora, guardando como isca pedaços de vespeiro com as larvas e ovos. (p. 13).

Outros alimentos que o autor menciona são o milho e o feijão, o último, por instigação da Comissão de Proteção aos Índios. Sobre a origem do milho, Baldus fornece uma versão mitológica: “contam que seus antepassados conheceram o



milho quando o encontraram nas moelas das aves, mas não sabiam mais quem lhes ensinou o plantio” (BALDUS, 1937, p. 13).

Já Fernandes, que esteve com os Kaingang em Palmas (na época, englobava os territórios da Palmeirinha e Campina do Cretã, atualmente TI de Mangueirinha e o Toldo da Lontra), enumera outros existentes kaingang: “Campinas onduladas onde viceja o capim mimoso, o capim limão, o folha-larga alternadas com matas imponentes onde se alteiam majestosos troncos de imbuias, angico e pinheiros” (FERNANDES, 1941, p. 7). Também relata outras espécies e consumos de plantas e frutos da floresta. “Da palmeira Jerivá comem os frutos crus ou então socam num pilão, até esmagar bem a polpa, e depois misturam com água, deixam durante uns dias fermentar, e obtêm assim uma bebida que muito apreciam” (p. 7). Além dessa palmeira, havia o uso de outras palmeiras, selvagens, que “retiram os brotos terminais e as folhas novas que empregam na alimentação após convenientemente preparadas pela trituração e cozedura” (1941, p. 16). Outra espécie retirada do interior da floresta é uma leguminosa, uma espécie de feijão do mato, denominada pelos Kaingang de *guambê*.

Sobre a caça, Fernandes registra o consumo de “antas (*óyôr*), porcos do mato (*krâgh*), tatetos (*óxkén, ógxâ*), quatis (*xê*), cachorros do mato (*hôighôig*), certos tatús (mulinha: *fénéin*)” (1941, p. 16). Porém, segundo o autor, eles não apreciam as carnes das cotias (*kêxôg, kêxâg*), pacas (*krurã*) e veados (*kémbê*), por serem muito secas e duras. Outrora, quando a floresta não estava desmatada, caçavam também a onça, sendo a caça realizada sempre em grupo. Com relação às aves, só caçavam as de grande porte, como jacutinga, jacu e macuco.

Alguns animais, porém, eram capturados e mantidos em cativeiro. “No Toldo da Campina, um dos índios entusiasmado dizia-nos “passarinho índio não mata, índio conserva os bichos mais bonitos para enfeite do lugar” (FERNANDES, 1941, p. 18). Eram eles: “Papagaios (*ióg-ió~*), macacos (*kãié*), bugio (gôngue), tirivas (*kayíoi*), coatís (*xê*), gavião branco (*iogógkuprí*), baitacas (*kuiiã*), maracanãs (*kênkér*)” (p. 18).

O porongo ou cabaça é outro fruto importante, além de servir como recipiente para a água, também é usado para infusões, para armazenagem do mel, de tabaco e de farinhas. A taquaraçú também é registrada como uso para armazenagem: os gomos maiores são utilizados como vasilhas para a água, impermeabilizados com cera e os gomos melhores, usados como copos. Ele cita

que são esses copos de taquara que Baldus (1937) registrara durante a Festa dos Mortos (FERNANDES, 1941). Já a taquara, é utilizada para a produção de cestarias e chapéus. Para o tingimento,

[...] mergulham os bastões raspados em água na qual misturam carvão de nó de pinho e resinas vegetais que dão uma coloração negra às talas, as quais, entrecruzadas com talas não tintas, isto é, com a tonalidade natural, amarelada, da taquara seca, proporciona desenhos variados. Tingem também as talas esfregando-as com a camada interna avermelhada de córtex das araucárias e obtêm assim fibras com coloração castanho-avermelhada, Tal coloração também é obtida fervendo as talas de taquara com as folhas de um cipó muito comum na região. (1941, p. 29).

As plantas medicinais ou o “remédio do mato”, que o “índio não conta para o português”, também são lembradas por Fernandes (1941). Ele cita o uso do *cipó-imbé*, e de outras ervas que, por meio de fricções ou pela infusão de plantas, tratam as doenças. Assim, ele explica que alguns desses tratamentos são feitos com ervas secas no fogo e que “depois de secos são socados e umedecidos com água quente, constituindo um bagaço, verdadeira cataplasma que é aplicada sobre a parte dolorosa” (p. 41).

#### 4 CONCLUSÃO

Vimos no artigo que o *Kreie-bang-rê* é um território ancestral kaingang, localizado onde atualmente é o sudoeste paranaense e oeste catarinense. A partir do século XIX, o território sofreu a invasão colonial e desde então, os territórios kaingang passaram a sofrer transformações. Através da leitura documental, foi possível compreender as relações humanas e extra-humanas indígenas encobertas pela colonização nesta região.

As florestas permitem que inúmeras espécies coexistam. Por exemplo, a erva-mate, distribuída em trechos de altitudes menores, às margens dos rios Goioaint, Xáembetko, Chopim, Goio-Kovó, e *Goio-en*, vive entre as copas de árvores maiores: com suas folhas, produzem o chimarrão, muito apreciado pelos kaingang. A erva-mate e a araucária foram as duas principais plantas exploradas pelos colonizadores. Como diz D’Angelis (1984, p. 37), a “exploração ervateira na região vai atingir principalmente os ervais do Chapecozinho, Rodeio Chato e Passo do Carneiro (atual Passo Bormann) e às margens do rio Uruguai”.

A floresta com araucária, é, também, um espaço de encontros e desencontros, de diversas cosmo-territorialidades, indígenas e não indígenas. Klanovicz (2009, p. 3332) apresenta, em sua pesquisa, um aspecto territorial da araucária, semelhante com o que ocorre, com o *pari*. “As cascas dessas árvores eram assinaladas e dividiam o território político”. As matas, além de proporcionarem acesso nutricional, estão associadas, também, ao pertencimento das inúmeras configurações cosmopolíticas kaingang. A araucária marca, como o *pari*, o direito territorial kaingang entre os subgrupos internos, sobre seus territórios e perante a sociedade não indígena.

Com o decorrer da colonização, os encontros entre kaingang com os não indígenas foram aumentando e, nem sempre, eram marcados pela reafirmação de alianças. Fazendeiros locais eram mortos em ataques kaingang, no *Kreie-bang-rê*, entre finais do século XIX e início do século XX. D’Angelis (1984) aponta que os Kaingang, no Irani, realizavam frequentemente ataques aos colonos na estrada das missões. As florestas, como as araucárias, encontravam-se no auge das suas expansões territoriais. O que colonizadores viam como naturais e um presente de Deus para serem exploradas por eles, eram *nen* e *rê*, territórios milenares kaingang e de seus ancestrais Jê.

Compreender a constituição da floresta ignorando a cosmo-ontologia kaingang é não falar sobre 3.000 anos de história. Territórios euro-brasileiros, que se constituíram após a colonização, eram territórios kaingang. Reafirmar a antiguidade das florestas e das araucárias, no cotidiano kaingang e Jê, é importante para fortalecer as alianças cosmopolíticas para a manutenção dos atuais fragmentos florestais. Enquanto territorialidades kaingang, não se constituíram sem se relacionarem com o cosmo, tornando-se, mais que necessário, compreendermos as florestas com araucária a partir das relações kaingang, onde a multiplicação de pontos de vistas e de diversidade são pressupostos cósmicos.

## REFERÊNCIAS

ANTAS, Antonio Mendes. *Paraná (Brasil, Provincia): mapas generales 1867*. Rio de Janeiro: Lith. do Archivo Militar, 1867. 1 mapa, color., 48,5x53cm. Escala 1:1.000.000. Disponível: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000018699>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

BORBA, Telemaco. *Actualidade Indígena (Paraná, Brazil)*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BRANCO, Carlos Frederico. *As araucárias na terra indígena Mangueirinha: territórios, existências e resistência Kaingang*. 2021. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Rio de Janeiro: Garamond; FAPERJ, 2014.

CAPANEMA, Barão de. Investigações no sertão paranaense: questões a estudar, em relação aos princípios da nossa história. *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense*, Curitiba, v. 1, n. 4, 1917.

CASTRO, Paulo Afonso de Souza. *Angelo Cretã e a retomada das terras indígenas no sul do Brasil*. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CRÉPEAU, Robert. Mito e ritual entre os índios Kaingang do Brasil meridional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 173-86, out. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831997000200009>.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbanguê: História e luta em Santa Catarina*. Xanxerê: Conselho Indigenista Missionário, 1984.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; FÓKÂÊ, Vicente Fernandes. *Toldo Imbú. O cacique Condá, os Kaingang do Xapecó e as terras do Imbú*. Chapecó: CEOM-UNOESC, 1994.

DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. *Tessituras – Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7, 2015.

FERNANDES, Loureiro. Os Cainguangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. I, p. 161-209, 1941.

FERNANDES, Ricardo Cid. *Política e parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica*. 1998. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FRANCISCO, Aline Ramos. *Kaingang: uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional*. 2013. 358 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HAVERROTH, Moacir. *Kaingang*: um estudo etnobotânico - o uso e a classificação das plantas na área indígena Kapeco (oeste de SC). 1997. 192 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77178>. Acesso em: 12 ago. 2021.

HELM, Cecília Maria Vieira. *Direitos Territoriais Indígenas*: disputa judicial entre Kaingang, Guarani e Madeireiros pela Terra Indígena de Mangueirinha, Paraná, Brasil. Curitiba: edição própria, 1997.

JARDIM, Jerônimo Rodrigues de. *Planta da exploração feita em 1865 desde o campo de Palmas na província do Paraná até a margem do rio Paraná nas missões paraguaias ao norte do Corrientes*. [s.l.:s.n.], 1865. 1 mapa, color., 45cmx89cm. Escala 1:200.000. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_rjanrio\\_4y/0/map/0333/br\\_rjanrio\\_4y\\_0\\_map\\_0333\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_4y/0/map/0333/br_rjanrio_4y_0_map_0333_d0001de0001.pdf). Acesso em 19 ago. 2022.

KLANOVICZ, Jó. Kaingang e Xoklêng do sul do Brasil e a Floresta: discutindo Etno-história e História Ambiental. *Cadernos de Agroecologia*, Dourados, v. 4, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9032/6312>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LIMA, Tânia Stolze. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 21-47, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200002>

MAACK, Reinhard. *Mapa Fitoterápico do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950. 1 mapa, color. Escala 1:750.000. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/53770529/mapa-fitogeografico-do-estado-do-parana-1950-reinhard-maack>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MOTA, Lúcio Tadeu. A passagem e a presença dos Jê Meridionais por São Paulo e Paraná: uma reflexão etno-histórica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 27, p. 135-57, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137291>

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang*: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 2009.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. *Comida forte e comida fraca*: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingáng da terra indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil). 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92660>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PLETHZ, Francisco de Paula. *Mappa das comarcas de Guarapuava e Palmas na Província do Paraná*: organizado segundo os trabalhos mais recentes de diversos engenheiros Guarapuava, 1880. Guarapuava, PR: [s.n.], 1880. 1 mapa, color., 48cmx54cm. Escala 1:1.000.000. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart525834/cart525834.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525834/cart525834.jpg). Acesso em: 19 ago. 2022.

REIS, Maurício Sedrez dos; LADIO, Ana; PERONI, Nivaldo. Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. *Ecology and Society*, Nova Scotia, v. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol19/iss2/art43/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ROSA, Rogério Reus Gonçalves de. “Os kujà são diferentes”: um estudo etnológico do complexo xamânico dos Kaingang da terra indígena Votouro. 2005. 416 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6418>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SALDANHA, João Darcy de Moura. *Paisagem, lugares e cultura material: uma arqueologia espacial nas terras altas do sul do Brasil*. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nuparq/banco-de-teses-e-dissertacoes/joao-darcy-de-moura-saldanha-diss./>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. A Arqueologia do Jê Meridional Uma longa aventura intelectual. *Revista Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 7, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22562/2016.45.01>

SILVA, Sergio Batista da. Dualismo e cosmologia Kaingang: o xamã e o domínio da floresta. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 189-209, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000200009>

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464>

TOMMASINO, Kimiye. *A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. 1995. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2016.tde-27102016-121947>

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VEIGA, Juracilda. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. 2000. 367 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20VeigaJuracilda.PDF>. Acesso em: 12 ago. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WACHOWISZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

#### **Sobre os autores:**

**Carlos Frederico Branco:** Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR/PB). Licenciado em História pela UNINTER. Pesquisador convidado do Núcleo AMADURECER e do Laboratório Interdisciplinar de Educação e Meio Ambiente (LABEDUM) na Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA). **E-mail:** branco02@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6916-7007>

**Miguel Angelo Perondi:** Pós-Doutor em Economia Rural, pela Universidade da Califórnia Riverside (UCR). Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Agrônomo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Associado IV da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **E-mail:** miguelangeloperondi@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4382-4571>

**João Daniel Dorneles Ramos:** Pós-Doutor e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Sociologia pela UFRGS. Cientista social pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisador junto ao Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo (IEB/USP). **E-mail:** jodorneles@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5531-2325>

Recebido em: 24/08/2021

Aprovado para publicação em: 27/01/2022

